

**HOSPITAL DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO**  
**CNPJ/MF: 50.944.198/0001-30**

Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios  
findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

**Conteúdo:**

Relatório dos Auditores Independentes	1
Balanços Patrimoniais	4
Demonstrações do Resultado	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	8

# CKS AUDITORES INDEPENDENTES

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria da  
Hospital de Caridade São Vicente de Paulo  
Jundiaí - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 33 às demonstrações financeiras que descreve que a Entidade continua apurando sucessivos déficits, falta de capital de giro circulante e passivo "a descoberto" no valor de R\$ 261.614 mil em 31 de dezembro de 2016, decorrentes de obrigações fiscais, elevado endividamento, gastos com pessoal e encargos financeiros, que ora referem-se as perdas operacionais mais representativas, e esses eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Ênfase

**Parcelamentos fiscais:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 15 e 31, a Entidade aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09 sendo notificada da exclusão do programa em 2014. A Administração recorreu da decisão e desde então envidou esforços para excluir os débitos que entendem indevidos. De outro lado, a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) requereu da Entidade novos cálculos periciais sobre os débitos inscritos de forma segregada, para possibilitar aceitação do pagamento parcial, enquanto aguarda a revisão e consolidação final dos parcelamentos pelas autoridades competentes, assim como não disponível até a emissão deste relatório. Em razão

# CKS AUDITORES INDEPENDENTES

desse fato, o valor da provisão em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ 136.625 mil foi apropriado de acordo com os dados divulgados no sítio (ECAC) da Receita Federal do Brasil, em consonância com o disposto no CPC 25.

**Ativo imobilizado:** De acordo com a nota explicativa nº 09, o imobilizado adquirido até 2013 pelo Hospital de Caridade São Vicente de Paulo foi doado para a Prefeitura do Município de Jundiá, sendo baixados do patrimônio líquido e classificado no grupo de compensação, como forma de segregar e melhor controlar esses bens doados a Prefeitura Municipal de Jundiá em uso pelo Hospital. Até o presente momento, nenhum documento foi celebrado para formalizar o direito de uso desses bens. As novas aquisições estão sendo registradas no imobilizado como bens próprios com e sem restrição. A nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

# CKS AUDITORES INDEPENDENTES


- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Jundiaí, 19 de abril de 2017.

*CKS Auditores Independentes Ltda.*  
**CKS AUDITORES INDEPENDENTES  
LTDA.**

**CRC-2SP032.457/O-6**

  
**EDSON JOSÉ DA SILVA**

**Contador  
CRC-1SP251.112/O-9**

BALANÇO PATRIMONIAL  
EXERCÍCIO FINDO EM ( R\$ )

ATIVO	NE	2.016	2.015	PASSIVO	NE	2.016	2.015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>20.955.624,82</b>	<b>19.502.668,55</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>106.465.496,46</b>	<b>82.386.219,33</b>
Caixas e Equivalentes de Caixa	3	3.474.649,75	3.853.389,78	Empréstimos e Financiamentos	11	10.900.511,76	10.900.511,76
Créditos a Receber	4	10.383.290,31	6.191.773,97	Obrigações com Fornecedores	12	5.481.937,11	5.479.348,19
Outros Créditos	5	415.995,90	1.314.564,09	Obrigações com Serviços de Terceiros	13	11.232.137,04	8.354.058,26
Estoques	6	1.040.283,63	1.494.930,40	Obrigações Tributárias	14	4.495.951,06	2.234.237,35
Despesas do Exercício Seguinte Pagas Antecipadamente	7	5.641.405,23	6.648.010,31	Parcelamento de Débitos Fiscais	15	26.053.263,21	22.190.184,77
				Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	16-A	15.099.929,41	8.590.303,29
				Férias e Encargos a Pagar	16-B	13.832.198,39	12.886.850,61
				Provisão p/ Contingência	17	1.000.000,00	1.554.966,38
				Outras Obrigações	18	8.534.900,84	6.785.344,26
				Receitas a Apropriar	19	200.000,04	200.000,04
				Convênios a Realizar	20	4.786.931,94	3.204.817,03
				Subvenção e Assist. Governamentais a Realizar	21	4.847.735,66	5.597,39
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>12.815.264,78</b>	<b>19.276.767,88</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>188.919.617,76</b>	<b>196.105.266,62</b>
Outros Créditos	8	10.098.236,18	15.540.829,20	Empréstimos Financiamentos	11	32.701.535,42	43.602.047,18
Investimentos	9	5.887,00	5.887,00	Obrigações com Serviços de Terceiros	13	3.864,48	239.975,00
Imobilizado	9	2.585.677,05	3.580.543,08	Parcelamento de Débitos Fiscais	15	110.572.218,11	108.379.911,23
Intangível	10	125.464,55	149.508,60	Provisão p/ Contingência	17	45.458.666,58	43.500.000,00
				Outras Obrigações	18	-	-
				Receitas a Apropriar	19	183.333,17	383.333,21
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>33.770.889,60</b>	<b>38.779.436,43</b>	<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>	33	<b>(261.614.224,62)</b>	<b>(239.712.049,52)</b>
				<b>PASSIVO TOTAL + PASSIVO A DESCOBERTO</b>		<b>38.779.889,60</b>	<b>38.779.436,43</b>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Antonio Vendramin*

ANTONIO PEDRO VENDRAMIN  
PRESIDENTE  
CPF: 540.150.068-87

*Rosivane Viana*

ROSIVANE VIANA  
CONTADORA  
1SP288583/O-5


*df*

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
EXERCÍCIO FINDO EM ( R\$ )

	NE	2.016	2.015
<b>RECEITAS</b>	<b>22</b>	<b>193.266.495,48</b>	<b>178.795.267,42</b>
<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE</b>	<b>23</b>	<b>1.896.833,64</b>	<b>1.491.272,78</b>
Particulares		19.407,02	19.898,15
Convênios Privados		1.877.426,62	1.471.374,63
<b>RECURSOS DE CONTRIBUIÇÕES E CONVÊNIOS PÚBLICOS</b>	<b>23</b>	<b>188.295.421,89</b>	<b>173.574.178,70</b>
Contribuições Públicas Com Restrição		1.408.409,61	198.658,61
Convênio Hospitalar / IGH / Integrasus		163.184.081,82	150.074.102,14
Convênio Estratégia Saúde da Família (E.S.F.)		10.709.676,22	8.926.072,71
Convênio SAEC / SAMU		11.472.297,24	12.972.297,24
Convênio Radioterapia		1.520.957,00	1.403.048,00
<b>FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS</b>		<b>566.147,91</b>	<b>839.341,53</b>
Hospitalar / IGH / Integrasus		499.441,40	666.100,81
Estratégia Saúde da Família (E.S.F.)		33.901,96	66.336,39
SAEC / SAMU		26.108,24	95.292,73
Radioterapia		6.696,31	11.611,60
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		<b>2.508.092,04</b>	<b>2.890.474,41</b>
Doação de Fundos	24	6.746,82	2.381,10
Doação de Mat/Med	24	2.015.509,12	2.108.173,85
Doação de Imobilizado	24	16.995,39	13.000,01
Demais Receitas	25	358.343,02	641.233,50
Trabalho Voluntário (Assistência à Saúde)	29	110.497,69	125.685,95
<b>DESPESAS</b>		<b>215.050.650,73</b>	<b>203.835.972,31</b>
<b>DECORRENTES DA PREST.DE SERVIÇOS DE SAÚDE</b>		<b>212.784.450,34</b>	<b>194.766.058,01</b>
<b>Hospitalar / IGH / Integrasus</b>	<b>27</b>	<b>190.325.885,51</b>	<b>174.596.617,83</b>
Pessoal e Encargos		106.514.516,12	98.817.003,13
Materiais/Medicamentos Reembolsáveis		22.176.076,77	22.427.836,66
Materiais/Medicamentos Não Reembolsáveis		5.660.191,36	5.462.199,93
Serviços Prestados P.J		32.810.746,93	34.210.862,70
Serviços Prestados P.F		2.873.244,78	3.162.247,34
Depreciação/Amortização	9	1.142.213,26	1.095.772,92
Tributárias		271.264,07	205.231,97
Administrativas e Gerais		2.350.438,59	2.299.290,59
Financeiras		16.413.775,62	6.787.566,32
Contribuições Públicas Com Restrição - Depr./Amort.		2.920,32	2.920,32
Trabalho Voluntário (Assistência à Saúde)	29	110.497,69	125.685,95
Cota Patronal (Isenção Contribuição)	28	31.754.365,71	29.289.187,16
Cofins (Isenção Contribuição)	28	5.245.655,80	4.833.891,58
(-) Benefícios fiscais recebidos		(37.000.021,51)	(34.123.078,74)
<b>Estratégia Saúde da Família (E.S.F.)</b>	<b>27</b>	<b>9.263.684,27</b>	<b>7.207.057,03</b>
Pessoal e Encargos		9.114.221,08	7.052.943,98
Materiais/Medicamentos Reembolsáveis		-	30,60
Materiais/Medicamentos Não Reembolsáveis		54,23	176,80
Serviços Prestados P.J		4.009,85	10.527,84
Tributárias		22.677,59	12.139,76
Administrativas e Gerais		110.227,74	130.021,97
Financeiras		12.493,78	1.216,08
<b>SAEC / SAMU</b>	<b>27</b>	<b>11.574.006,01</b>	<b>11.233.083,40</b>
Pessoal e Encargos		10.415.203,46	10.033.146,82
Materiais/Medicamentos Reembolsáveis		132.293,84	117.011,13
Materiais/Medicamentos Não Reembolsáveis		23.494,25	27.807,47
Serviços Prestados P.J		921.660,71	1.003.154,57
Tributárias		28.633,97	17.083,45
Administrativas e Gerais		37.054,26	34.293,79
Financeiras		15.665,52	586,17
<b>Radioterapia</b>	<b>27</b>	<b>1.620.874,55</b>	<b>1.729.299,75</b>
Pessoal e Encargos		742.184,85	613.759,06
Materiais/Medicamentos Reembolsáveis		16.093,29	14.770,82
Materiais/Medicamentos Não Reembolsáveis		19.960,65	16.198,66
Serviços Prestados P.J		782.534,16	697.003,56
Serviços Prestados P.F		10.233,83	122.572,89
Tributárias		3.197,62	1.833,04
Administrativas e Gerais		45.934,31	262.953,45
Financeiras		735,84	208,27
<b>NÃO DECORRENTES DA PREST.DE SERV DE SAÚDE</b>		<b>2.266.200,39</b>	<b>9.069.914,30</b>
Provisões	17	2.266.200,39	9.069.914,30
Demais Despesas		-	-
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>		<b>(21.784.155,25)</b>	<b>(25.040.704,89)</b>
<b>DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>			
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
		<b>(21.784.155,25)</b>	<b>(25.040.704,89)</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>(21.784.155,25)</b>	<b>(25.040.704,89)</b>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

  
ANTONIO PEDRO VENDRAMIN  
PRESIDENTE  
CPF: 540.150.068-87


  
ROSIVANE VIANA  
CONTADORA  
15P288583/O-5

*Handwritten initials*

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO  
EXERCÍCIO FINDO EM ( R\$ )

PATRIMÔNIO SOCIAL	N.E	FUNDO PATRIMONIAL	DÉFICIT ACUMULADOS	FUNDO PATRIMONIAL -TOTAL
<b>Saldos no Final do Exercício de 2.014</b>	<b>10.025.167,28</b>	<b>(204.492.265,14)</b>	<b>(194.467.097,86)</b>	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(20.204.246,77)	(20.204.246,77)	
Déficit do Exercício	-	(25.040.704,89)	(25.040.704,89)	
<b>Saldos no Final do Exercício de 2.015</b>	<b>10.025.167,28</b>	<b>(249.737.216,80)</b>	<b>(239.712.049,52)</b>	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(118.019,85)	(118.019,85)	
Déficit do Exercício	-	(21.784.155,25)	(21.784.155,25)	
<b>Saldos no Final do Exercício 2.016</b>	<b>10.025.167,28</b>	<b>(271.639.391,90)</b>	<b>(261.614.224,62)</b>	

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

  
**ANTONIO PEDRO VENDRAMIN**  
 PRESIDENTE  
 CPF: 540.150.068-87

  
**ROSIVANE VIANA**  
 CONTADORA  
 1SP288583/O-5

AP

HOSPITAL DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO  
CNPJ: 50.944.198/0001-30

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)  
EXERCÍCIO FINDO EM ( R\$ )

	2.016	2.015 <small>(RECLASSIFICADO)</small>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Déficit do Exercício	(21.784.155,25)	(25.040.704,89)
<b>Ajustes Por:</b>		
Depreciação / Amortização	1.145.133,58	1.098.693,24
Provisões para Contingência	2.266.200,39	9.069.914,30
Ajustes do Imobilizado	2,11	(33.119,98)
Juros Apropriados e não pagos	8.908.637,04	5.666.606,92
Ajustes de Exercícios Anteriores	32 (118.019,85)	(20.204.246,77)
<b>Superávit (Déficit) Ajustado</b>	<b>(9.582.201,98)</b>	<b>(29.442.857,18)</b>
<b>Aumento (redução) nos Ativos Operacionais</b>	<b>3.737.207,75</b>	<b>(22.920.961,80)</b>
Créditos a Receber	(4.191.516,34)	(4.967.834,59)
Outros Créditos	898.568,19	(578.252,26)
Estoques	454.646,77	158.636,12
Despesas do exercício Seguintes Pagas Antecipadas	6.575.509,13	(17.533.511,07)
<b>Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais</b>	<b>17.437.741,04</b>	<b>940.212,83</b>
Obrigações com Fornecedores	2.588,92	(386.115,82)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	6.509.626,12	1.550.915,46
Férias e Encargos a Pagar	945.347,78	1.038.825,89
Outras Obrigações	797.005,10	(175.383,61)
Obrigações com Serviços de Terceiros	2.641.968,26	(212.328,17)
Obrigações Tributárias	2.261.713,71	274.840,77
Provisões para Contingência	(862.500,19)	(593.096,56)
Subvenção e Assist. Governamentais a Realizar	4.845.058,59	-
Convênios a Realizar	296.932,75	(557.445,13)
<b>Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais</b>	<b>11.592.746,81</b>	<b>(51.423.606,15)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Bens do Imobilizado / Intangível	9 (126.225,61)	(372.627,96)
Convênios / Subvenções para Investimentos	1.282.261,84	(198.658,61)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	(126.311,03)	(147.110,90)
<b>( = ) Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>1.029.725,20</b>	<b>(718.397,47)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Parcelamentos (Débitos Fiscais) C.P. / L.P.	(2.100.700,28)	9.074.224,46
Empréstimos e Financiamentos - Principal	(4.357.024,66)	44.173.228,38
Empréstimos e Financiamentos - Juros	(6.543.487,10)	(1.712.097,91)
<b>( = ) Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(13.001.212,04)</b>	<b>51.535.354,93</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(378.740,03)</b>	<b>(606.648,69)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>3.853.389,78</b>	<b>4.460.038,47</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO</b>	<b>3.474.649,75</b>	<b>3.853.389,78</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(378.740,03)</b>	<b>(606.648,69)</b>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

  
ANTÔNIO PEDRO VENDRAMIN  
PRESIDENTE  
CPF: 540.150.068-87

  
ROSIVANE VIANA  
CONTADORA  
1SP288583/C-5





## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2.016 e 2.015 (Em Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, constituído em 11 de Março de 1.900, é uma Instituição Civil de Direito Privado, Beneficente, Filantrópica, Caritativa e de Assistência Social Sem Fins Lucrativos voltada para a prestação de serviços na área da saúde. A finalidade e objetivo da Instituição é a prática da assistência social na área da saúde, na prestação de serviços relevantes e essenciais de interesse público, bem como no desenvolvimento de programas, continuados e planejados, a quem dele necessitar, sem qualquer discriminação, tendo como público alvo as famílias e indivíduos em estado de vulnerabilidade social. Proporcionar a assistência médico-hospitalar e dentária, na conformidade dos padrões técnicos atualizados e em caráter gratuito aos pacientes desprovidos de recursos, sem qualquer discriminação. Como Instituição filantrópica deve destinar pelo menos 60% dos atendimentos ao SUS (Sistema Único de Saúde) em conformidade com a legislação vigente. Em 2.016 destinou mais de 90% dos atendimentos, conforme demonstrado na nota explicativa Nº 26.

A Instituição foi declarada de Utilidade Pública pelas autoridades Federal, Estadual e Municipal conforme Decreto Nº 1.419, de 27 de Setembro de 1.962, Decreto Nº 40.696, de 05 de Março de 1.996, Lei Municipal Nº 739, de 10 de Setembro de 1.959, respectivamente. A Lei Nº 13.204 de 2.015 revoga a Lei Nº 91 de 28 de agosto de 1935, deixando de existir o Título de Utilidade Pública Federal.

Como Instituição de utilidade pública e sem fins lucrativos, é imune às contribuições Federais, Estaduais e Municipais, amparada pela Constituição Federal de 1.988 em seu artigo 150, inciso VI, alínea c. Também é registrada no Serviço Público Federal do Ministério da Previdência e Assistência Social - CNAS sob o Nº 3.135/1964 de 1.968. A portaria 1.234 de 07 de dezembro de 2.015 deferiu o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, com validade até 31 de dezembro de 2.017.

A Instituição mantém os **CONVÊNIOS** (Hospitalar - Processo Nº 8.748-5/2014, IGH/INTEGRASUS - Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar/Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde - Processo Nº 3.135-0/2014, ESF/EACS - Programa Estratégia Saúde da Família/Equipes de Estratégia Agentes Comunitários de Saúde/PICs - Programa de Práticas Integrativas e Complementares/NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família-Processo Nº 8.749-3/2014, SAMU/SAEC - Serviço de Atendimento Médico de Urgência/Serviço Atendimento a Pacientes Especiais e Crônicos - Processo Nº 8.750-1/2014, Radioterapia - Processo Nº 15.004-6/2013) com a Prefeitura do Município de Jundiaí, que autoriza a manutenção dos serviços prestados à população de Jundiaí e Região.

A Administração da Instituição conforme seu Estatuto Social é gerida por diretoria eleita pelos associados da Instituição em Assembléia Geral, para um mandato de 04 (quatro) anos, tendo a fiscalização do Conselho fiscal, sem direito a qualquer espécie de distribuição de lucros, dividendos ou qualquer outra vantagem pecuniária, e por uma Diretoria Administrativa e compartilhada.

Por força do Convênio firmado com a Prefeitura do Município de Jundiaí a qual indica um Superintendente que participa de todas as atividades inerentes da administração.

Desde dezembro de 2.014, o presidente nomeou um procurador para representá-lo e assim promover melhor acompanhamento das atividades da Instituição que, juntamente com a Prefeitura Municipal de Jundiaí gere o hospital definindo os responsáveis para atuação nas diversas atividades, readequando os cargos de direção.

Os recursos financeiros necessários para a realização dos objetivos da Instituição são provenientes principalmente de:

- a. Diárias hospitalares e serviços ambulatoriais e de pronto atendimento aos pacientes SUS e particulares;
- b. Auxílios e subvenções dos poderes públicos;
- c. De contratos de prestação de serviços;
- d. De donativos de pessoas físicas e jurídicas.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras do Conselho Federal de Contabilidade Resolução CFC Nº 1.409 de 21 de Setembro de 2.012, que aprovou a Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Finalidades de Lucros. Também de acordo com o CPC para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000) e suplementos, e com as práticas contábeis previstas na Legislação Societária.

A seguir um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Instituição para a elaboração das demonstrações:

- a. **APLICAÇÕES FINANCEIRAS** - São registradas pelo valor de aplicação, acrescido os rendimentos auferidos até a data de elaboração das Demonstrações Financeiras e possuem liquidez imediata.
- b. **MOEDA FUNCIONAL** - A moeda funcional do H.C.S.V.P. é o Real (R\$), bem como, é a mesma de apresentação de suas Demonstrações Financeiras.
- c. **CRÉDITOS A RECEBER** - Referem-se, principalmente, aos valores a receber pelos serviços hospitalares prestados, faturados ou não nas datas de encerramento das Demonstrações Financeiras. Para possíveis perdas de valores a receber, quando ocorrem são constituídas baixas ou provisões para PCLD (provisão para crédito de liquidação duvidosa).
- d. **ESTOQUES** - Estão avaliados pelo custo médio, que não superam o valor de aquisição e reduzidos de provisão para ajuste do valor de realização, quando aplicável. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias pela Administração. As políticas de mensuração dos estoques, estão apresentadas de acordo com a IAS 2 e CPC 16 (R1).
- e. **IMOBILIZADOS** - Os bens são registrados pelo custo de aquisição, segregados como imobilizado próprio, sem restrições e com restrições, considerando que parte foram adquiridos com recursos de

convênios, deduzidos de depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil de cada bem.

- f. **PASSIVOS** - Demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até o encerramento das Demonstrações Financeiras, levando em conta a legislação vigente e cláusulas contratuais.
- g. **IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR/RECOLHER SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO** - Os impostos e contribuições decorrentes da folha de pagamento (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Programa de Integração Social - PIS e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS retido dos funcionários) são reconhecidos obedecendo ao princípio da competência.
- h. **CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO INSS** - Por ser uma instituição sem fins lucrativos goza de imunidade de acordo com a Constituição Federal de 1.988 em seu artigo 150, inciso VI, alínea c, está isenta da contribuição ao INSS, mas registra os valores para divulgação dos benefícios obtidos.
- i. **SUBVENÇÕES/AUXÍLIOS E CONVÊNIOS** - São reconhecidas no passivo e registradas como receita em função do cumprimento das obrigações por parte da instituição ao longo do exercício, em confronto com as correntes despesas incorridas nos projetos em conformidade ao disposto no CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais.
- j. **RECEITAS E DESPESAS** - São apropriadas obedecendo ao princípio da competência, exceto as doações espontâneas registradas no recebimento.
- k. **USO DE ESTIMATIVAS** - A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, requer que a administração use de julgamento na determinação e registros de estimativas contábeis, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

As Demonstrações Financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2.015 são divulgadas para fins de comparabilidade, quando aplicável, foram reclassificadas para melhor apresentação e atendimento as normas contábeis.

### 3. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras. São mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Devido ao recebimento de recursos advindos de subvenções/auxílios e convênios públicos, cláusula contratual, plano de aplicação restrito, e em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Finalidades de Lucros, a Instituição

está apresentando os saldos de caixa e equivalentes de caixa de forma segregada, sem restrição e com restrição como segue:

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Caixas	1.700,00	2.200,00
Bancos - Conta corrente sem restrição	211,69	33.235,53
Aplicações sem restrição	2.727.912,49	2.871.739,35
<b>TOTAL</b>	<b>2.729.824,18</b>	<b>2.907.174,88</b>
Bancos - Conta corrente com restrição	407.310,95	797,07
Aplicações com restrição	337.514,73	945.417,83
<b>TOTAL</b>	<b>744.925,68</b>	<b>946.214,90</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.474.649,75</b>	<b>3.853.389,78</b>

#### 4. CRÉDITOS A RECEBER

Os Créditos a Receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades e estão apresentados a valores de custo. A Administração não constituiu Provisão para Liquidação Duvidosa (PCLD), pois, a principal fonte de recursos que representa 97,72% do total das receitas do exercício é de subvenções e convênios públicos, 0,98% correspondem a convênios privados e atendimentos a particulares.

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Créditos pacientes particulares	-	-
Créditos convênios públicos	10.111.214,42	6.126.530,10
Créditos convênios privados	272.075,89	65.243,87
(-) Provisão para Liquidação Duvidosa	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>10.383.290,31</b>	<b>6.191.773,97</b>

#### 5. OUTROS CRÉDITOS

Representam principalmente valores de antecipações a empregados (décimo terceiro e férias), adiantamento a fornecedores para aquisição de equipamentos e insumos hospitalares.

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Outros Créditos a receber	1.572,63	300,00
Adiantamento a terceiros	45.063,51	49.542,10
Adiantamento a empregados	369.359,76	1.240.521,99
Tributos e contribuições a recuperar	-	24.200,00
<b>TOTAL</b>	<b>415.995,90</b>	<b>1.314.564,09</b>

#### 6. ESTOQUES

Os Estoques em 31 de dezembro estavam compostos conforme segue:

<b>NOMENCLATURA</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
Materiais e medicamentos reembolsáveis	785.668,36	1.248.961,37
Materiais não reembolsáveis	250.945,07	232.529,99
Material em trânsito	3.670,20	13.439,04
<b>TOTAL</b>	<b>1.040.283,63</b>	<b>1.494.930,40</b>

#### 7. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE PAGAS ANTECIPADAMENTE

Representada, basicamente, por seguros, encargos financeiros, juros vincendos, assinaturas e anuidades que são diferidas pelos prazos dos contratos ou documentos hábeis.

Representam valores cujos benefícios serão usufruídos também no decorrer do exercício seguinte, respeitando o princípio da competência.

<b>NOMENCLATURA</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
Prêmio de seguros a apropriar	12.416,78	10.704,25
Encargos financeiros a apropriar	5.566.653,69	6.544.357,33
Assinatura e anuidades a apropriar	7.487,40	5.282,98
Despesas com vale transporte	52.597,00	10.955,72
Outras despesas pagas antecipadamente	2.250,36	5.400,48
Despesas com vale refeição	-	71.309,55
<b>TOTAL</b>	<b>5.641.405,23</b>	<b>6.648.010,31</b>

#### 8. OUTROS CRÉDITOS (L.P.)

Os valores apresentados como depósitos restituíveis e valores vinculados representam o montante de Depósitos Recursais e Depósitos Judiciais recolhidos pela instituição e poderão ser revertidos em benefício da mesma mediante a decisão judicial. O valor apresentado como despesas pagas antecipadamente evidencia os encargos relativos ao empréstimo efetuado em novembro de 2.015 na Caixa Econômica Federal, que será mencionado na nota explicativa nº. 11.

<b>NOMENCLATURA</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
Depósitos restituíveis e valores vinculados	1.705.818,03	1.579.507,00
Despesas pagas antecipadamente	8.392.418,15	13.961.322,20
<b>TOTAL</b>	<b>10.098.236,18</b>	<b>15.540.829,20</b>

#### 9. IMOBILIZADO

Em 11 de março de 2.011, por Escritura de Doação Pura e Simples, registrada na mesma data sob o Nº Prot: 02560940, livro 0535, folha 002 a 004, junto ao 4º Tabelião de Notas Jundiaí-SP, foi formalizada a doação à Prefeitura do Município de Jundiaí do terreno onde se encontra localizada a sede da Instituição. Vale evidenciar que em agosto de 2.009 foi celebrado o Termo de Promessa de Doação Futura do Terreno.

Conforme Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias de convocações do Conselho Central de Jundiaí da Sociedade de São Vicente de Paulo, registradas e arquivadas em 18 de janeiro de 2.012 sob o Nº 00063896, 04 de abril de 2.012 sob Nº 00064050, 07 de junho de 2.013 sob o Nº 00069579, no Cartório do 1º Oficial de Registro Civil de

Pessoas Jurídicas de Jundiaí - SP, a Sociedade São Vicente de Paulo, formalizou a doação do ativo imobilizado do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo à Prefeitura do Município de Jundiaí. A partir de janeiro de 2.013 as aquisições passaram a ser contabilizadas no ativo e passivo como bens de terceiros em poder da instituição, não havendo cálculo de depreciação. Os bens adquiridos a partir de janeiro de 2.014 passaram a ser registrados como **Imobilizado Sem Restrição** (quando o bem é adquirido com recurso próprio) e **Imobilizado Com Restrição** (quando o recurso foi recebido de subvenção/auxílio ou convênio específico para investimento).

A Administração do hospital e a Prefeitura Municipal de Jundiaí estão em processo de regularização da posse dos bens doados. Até o fechamento das Demonstrações Financeiras não recebemos documentos da decisão e nem o termo de cessão dos bens doados e mantidos para uso por parte do hospital.

IMOBILIZADO SEM RESTRIÇÕES	2.016	2.015
<b>NOMENCLATURA</b>		
Móveis e utensílios	22.777,14	11.237,44
Máquinas e equipamentos	239.585,34	347.558,78
Equip. de proc. Eletrônico	13.141,34	1.372,54
<b>TOTAL</b>	<b>275.503,82</b>	<b>360.168,76</b>
<b>IMOBILIZADO / COM RESTRIÇÕES</b>		
<b>NOMENCLATURA</b>		
Móveis e utensílios	182.741,44	252.002,06
Máquinas e equipamentos	2.079.214,06	2.900.876,08
Equip. de proc. Eletrônico	48.217,73	67.496,18
<b>TOTAL</b>	<b>2.310.173,23</b>	<b>3.220.374,32</b>
<b>TOTAL IMOBILIZADO</b>	<b>2.585.677,05</b>	<b>3.580.543,08</b>

IMOBILIZADO SEM RESTRIÇÃO	2.015	ADIÇÕES	DEPRECIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	2.016
<b>NOMENCLATURA</b>					
Móveis e Utensílios	11.237,44	27.438,27	(19.951,70)	4.053,13	22.777,14
Máquinas e Equipamentos	347.558,78	5.752,00	(113.725,44)	-	239.585,34
Equip. de Proc. Eletrônico	1.372,54	22.643,12	(10.874,32)	-	13.141,34
<b>TOTAL</b>	<b>360.168,76</b>	<b>55.833,39</b>	<b>(144.551,46)</b>	<b>4.053,13</b>	<b>275.503,82</b>
<b>IMOBILIZADO COM RESTRIÇÃO</b>					
Móveis e Utensílios	252.002,06	36.981,68	(102.189,17)	(4.053,13)	182.741,44
Máquinas e Equipamentos	2.900.876,08	24.444,91	(846.106,93)	-	2.079.214,06
Equip. de Proc. Eletrônico	67.496,18	8.963,52	(28.241,97)	-	48.217,73
<b>TOTAL</b>	<b>3.220.374,32</b>	<b>70.390,11</b>	<b>(976.538,07)</b>	<b>(4.053,13)</b>	<b>2.310.173,23</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.580.543,08</b>	<b>126.223,50</b>	<b>(1.121.089,53)</b>	<b>-</b>	<b>2.585.677,05</b>

## 10. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares e licença de direitos de uso.

São mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, amortizados de acordo com as taxas que consideram a vida útil, respeitando os critérios de mensuração trazidos pela IAS 38 e CPC 04 (R1). Não houve aquisição em 2.016.

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Software	1.235.103,66	1.235.103,66
(-) Amortizações Acumuladas	(1.192.949,42)	(1.168.905,37)
Implantação de novos sistemas de informática	83.310,29	83.310,29
<b>TOTAL</b>	<b>125.464,53</b>	<b>149.508,58</b>

DETALHAMENTO DO CUSTO	SALDO INICIAL	(+) ADIÇÕES	(-) BAIXAS E ESTORNOS	(+/-) TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
Software	1.235.103,66	-	-	-	1.235.103,66
Implantação novos sistemas	83.310,29	-	-	-	83.310,29
<b>TOTAL</b>	<b>1.318.413,95</b>	-	-	-	<b>1.318.413,95</b>
(-) Amortizações Acumuladas	(1.168.905,37)	(24.044,05)	-	-	(1.192.949,42)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.168.905,37)</b>	<b>(24.044,05)</b>	-	-	<b>(1.192.949,42)</b>
<b>SALDO FINAL</b>	<b>149.508,58</b>	<b>(24.044,05)</b>	-	-	<b>125.464,53</b>

### 11. OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS - EMPRÉSTIMOS

As obrigações financeiras representam o empréstimo efetuado em novembro de 2.015 na Caixa Econômica Federal com garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios referente aos recebíveis junto ao Ministério da Saúde, em decorrência da prestação de serviços pela instituição ao Sistema Único de Saúde - SUS.

NOMENCLATURA	TAXA ANUAL DE JUROS - %	2.016	2.015
Empréstimos C.P.	22,42	10.900.511,76	10.900.511,76
<b>TOTAL C.P.</b>	<b>22,42</b>	<b>10.900.511,76</b>	<b>10.900.511,76</b>
Empréstimos L.P.		32.701.535,42	43.602.047,18
<b>TOTAL L.P.</b>		<b>32.701.535,42</b>	<b>43.602.047,18</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>43.602.047,18</b>	<b>54.502.558,94</b>

### 12. OBRIGAÇÕES COM FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores a pagar decorrem de materiais, medicamentos e bens adquiridos no decorrer do exercício.

São reconhecidos, inicialmente ao valor de mercado e no momento das negociações de compras, os pagamentos são parcelados em 30, 60 e 90 dias, conseqüentemente sendo liquidados em até 90 dias.

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Fornecedores de Mat/Med e Gêneros	5.126.799,36	5.274.309,88
Fornecedores de Bens Ativo Imobilizado	289.209,33	151.088,31
Confissão de dívida (C.P.)	65.828,42	53.950,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.481.937,11</b>	<b>5.479.348,19</b>

O valor correspondente ao saldo de confissão de dívida em 2.016 refere-se ao termo de confissão efetuado em junho de 2.016, com a empresa Traumacamp Com., Import. Export. e Loc. de Prod. Médicos Hospitalares Ltda., valor total do débito 153.028,42 (cento e cinquenta e três mil, vinte e oito reais e quarenta e dois centavos), dividido em 7 (sete) parcelas, sendo a primeira paga em junho de 2.016 no valor de 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais), 6 (seis) parcelas no valor de 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais), e (1) uma parcela no valor de 22.228,42 (vinte e dois mil, duzentos e vinte e oito reais e quarenta e dois centavos), restando saldo de 03 (três) parcelas a pagar em 31.12.2016 devido não terem ocorrido nos vencimentos programados.

### 13. OBRIGAÇÕES COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

As obrigações representam a contratação de mão-de-obra terceirizada de pessoa jurídica e física pela instituição. Os respectivos valores produzidos com a assistência médica são analisados pelo Faturamento e aprovados pela Diretoria, exceto o contrato de serviços médicos pessoa jurídica do P.A. (pronto atendimento), P.S.A. (pronto socorro adulto), U.P.O. (unidade pós-operatório) e Ambulatório (dermatologia), que é avaliado pelo setor de Gestão de Contratos e aprovados pela Diretoria. Já os contratos de manutenção preventiva e corretiva, são avaliados pelos gestores das áreas envolvidas no processo e pelo setor de gestão de contratos. Os demais serviços sem contratos são avaliados pelos gestores das áreas envolvidas, cotados pelo setor de Compras e aprovados pela Diretoria.

#### C.P.

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Fornecedores de outros serviços	2.829.542,99	2.509.316,41
Serviços médicos pessoa jurídica	1.289.184,45	270.918,88
Confissão de dívida (C.P.)	528.009,62	319.147,76
Honorários médicos pessoa física	67.451,03	74.240,79
Provisão de honorários pessoa física	145.773,62	111.425,04
Provisão de honorários pessoa jurídica	3.282.582,73	2.747.218,75
Provisões de serviços	3.089.592,60	2.321.790,63
<b>TOTAL</b>	<b>11.232.137,04</b>	<b>8.354.058,26</b>

#### L.P.

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Confissão de dívida (L.P.)	3.864,48	239.975,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.236.001,52</b>	<b>8.594.033,26</b>

A Instituição firmou o Termo de Confissão de Dívida em novembro de 2.015, junto à empresa IDEAIS - Instituto de Desenvolvimento Estratégico e Assistencial Integral a Saúde referente ao saldo em atraso da competência dezembro de 2.014, totalizando 479.975,00 (quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e setenta e cinco reais), dividido em 24 (vinte e quatro) parcelas, sendo 23 (vinte e três) no valor de 20.000,00 (vinte mil) e 1 (uma) no valor de 19.975,00 (dezenove mil, novecentos e setenta e cinco reais), para início do pagamento de janeiro de 2.016, restando saldo a pagar em 31.12.2016 no valor total do Termo. Também firmou Termo de Confissão com a empresa Elevadores Otis em agosto de 2.016 no total de 136.069,18 (cento e trinta e seis mil, sessenta e nove reais e dezoito centavos) em



6 (seis) parcelas de 22.678,20 (vinte e dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e vinte centavos), restando saldo de 3 (três) parcelas a pagar em 31.12.2016.

Segue composição dos saldos de confissão de dívida com serviços de terceiros C.P. e L.P.

	VALOR PARCELADO	QUANT. PARCELAS INICIAIS	SALDO - 31/12/2016	
			C.P.	L.P.
Instituto de Desenv. Estrat. - Ideais	459.975,00	24	459.975,00	-
Elevadores Otis	136.069,18	6	68.034,62	-
<b>TOTAL</b>	<b>596.044,18</b>		<b>528.009,62</b>	<b>-</b>

#### 14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os impostos e contribuições apresentados são decorrentes da retenção sobre a folha de pagamento (PIS e IRRF) e sobre a prestação de serviços dos terceiros (IRRF, PIS/COFINS/CSLL e ISS), quando aplicável, e calculado de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Imposto de renda retido na fonte	2.851.972,73	1.894.218,54
PIS a recolher	1.131.151,14	91.317,49
PIS, COFINS, CSLL a recolher	226.025,22	51.883,54
Imposto s/ serviço de qualquer natureza a recolher	1.080,07	2.102,85
PIS s/ férias a recolher	127.958,78	119.281,76
PIS s/ décimo terceiro a recolher	157.763,12	75.433,17
<b>TOTAL</b>	<b>4.495.951,06</b>	<b>2.234.237,35</b>

Considerando a imunidade tributária alcançada pela Instituição, a mesma por meio de sua assessoria jurídica ingressou em janeiro de 2.016 com mandado de segurança com pedido liminar através do processo nº 0000811-25.2016.403.6128 solicitando o reconhecimento do direito de não recolhimento da contribuição social do PIS incidentes sobre a folha de salários a partir do vencimento janeiro de 2.016 (competência dezembro de 2.015) em razão da inaplicabilidade à mesma das disposições do art. 13, inciso IV da medida provisória 2.158-35, em razão de ser a impetrante entidade filantrópica titular de Certificado de Assistência Social na Área de Saúde / CEBAS-SAÚDE, com ressalva do direito de restituição dos valores indevidamente pagos, mediante ação própria, dentro do período questionável 05 (cinco) anos. Enquanto aguarda o julgamento a instituição permanece efetuando os registros dos valores mensais.

#### 15. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS

Os valores evidenciados a seguir representam a posição atualizada na apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com o parcelamento da lei 11.941/2009 e pedido de parcelamento da lei 12.996/14, conforme valores apontados no portal e-CAC da Receita Federal do Brasil, todavia a Administração acredita que os valores serão reduzidos significativamente na consolidação. Os procedimentos adotados referentes aos parcelamentos em questão constam na nota explicativa Nº 31.

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Parcelamento Refis Leis 11941/09 e 12.996/14 (C.P.)	26.053.263,21	22.190.184,77
<b>TOTAL</b>	<b>26.053.263,21</b>	<b>22.190.184,77</b>
Parcelamento Refis Leis 11941/09 e 12.996/14 (L.P.)	110.572.218,11	108.379.911,23
<b>TOTAL</b>	<b>110.572.218,11</b>	<b>108.379.911,23</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>136.625.481,32</b>	<b>130.570.096,00</b>

## 16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores abaixo correspondem à composição de obrigações trabalhistas e previdenciárias em 31 de dezembro. Os saldos a pagar de décimo terceiro salário referem-se à pendência no pagamento de parte do benefício a alguns colaboradores decorrente da inviabilidade de cumprimento da obrigação devido à falta de recursos. Pendência não solucionada até o encerramento das Demonstrações Financeiras. Também decorre de lançamento correspondente ao registro do reajuste concedido aos médicos com base mês de setembro de 2.016, cujo acordo final ocorreu em 2.017, compondo também valores de salários a pagar, FGTS (salário/décimo terceiro/férias) e férias a pagar. Registrados conforme informação disponibilizada pelo Departamento de Pessoal para apresentação no exercício de competência.

### OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS-A

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Salários e ordenados a pagar	7.276.722,32	6.157.740,11
Pensão alimentícia a pagar	31.348,23	25.193,74
Décimo terceiro a pagar (reajuste de salário dos médicos)	2.572.713,27	209.442,08
Rescisões a pagar	260.477,43	9.992,25
INSS a recolher	1.855.780,06	564.406,33
INSS de terceiros a recolher	30.463,73	11.214,09
FGTS a recolher	1.586.326,12	689.700,38
FGTS s. 13º salário a recolher	675.200,06	378.311,38
Contribuição assistencial a recolher	47.826,32	129.689,68
Contribuição confederativa a recolher	72.318,73	21.608,47
Contribuição sindical a recolher	1.083,31	1.750,26
Convênio C.E.F. a repassar empréstimos	115.247,61	127.121,30
Convênio farmácia a repassar	224.843,58	61.589,11
Mensalidade sindical a repassar	85.426,63	20.181,20
Convênio Santander a repassar empréstimos	243.334,07	175.751,69
Mensalidade assoc. corpo clínico	20.817,94	6.611,22
<b>TOTAL</b>	<b>15.099.929,41</b>	<b>8.590.303,29</b>

### OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS -B

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Férias a pagar	12.809.187,60	11.933.098,01

FGTS s/ férias a recolher	1.023.010,79	953.752,60
<b>TOTAL</b>	<b>13.832.198,39</b>	<b>12.886.850,61</b>
<b>TOTAL GERAL (A+B)</b>	<b>28.932.127,80</b>	<b>21.477.153,90</b>

**17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA**

A Administração da Instituição reconhece a provisão para causa de natureza cível e trabalhista com base nas informações de seus Assessores Jurídicos que analisam as demandas pendentes. Com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas e em conformidade com a IAS 37 e o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir perdas estimadas considerando a probabilidade de dispêndio certa ou provável, efetuamos o provisionamento conforme segue:

2.016					
NATUREZA	QTDE	ESTIMADO R\$	PROVISIONADO R\$	CURTO PRAZO R\$	LONGO PRAZO R\$
Trabalhista	149	45.110.279,42	43.212.012,18	800.000,00	42.412.012,18
Cível	66	9.206.608,99	3.246.654,40	200.000,00	3.046.654,40
<b>TOTAL</b>	<b>215</b>	<b>54.316.888,41</b>	<b>46.458.666,58</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>45.458.666,58</b>

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Provisão para contingência (C.P.)	1.000.000,00	1.554.966,38
<b>TOTAL</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.554.966,38</b>
Provisão para contingência (L.P.)	45.458.666,58	43.500.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>45.458.666,58</b>	<b>43.500.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>46.458.666,58</b>	<b>45.054.966,38</b>

Os saldos demonstrados acima no campo estimado compõem o total das causas conforme informações da Assessoria Jurídica, sendo para causas trabalhistas o montante de 1.898.267,24 (um milhão, oitocentos e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos) correspondentes as causas com probabilidade de dispêndio Possível, o valor de 4.889.176,42 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, cento e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos) correspondentes as causas com probabilidade de dispêndio Provável e o valor de 38.322.835,76 (trinta e oito milhões, trezentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos) correspondentes as causas com a probabilidade de dispêndio Certa. Para as causas cíveis o total está composto pelo montante de 5.959.954,59 (cinco milhões, novecentos e cinqüenta e nove mil, novecentos e cinqüenta e quatro reais e cinqüenta e nove centavos) correspondentes as causas com probabilidade de dispêndio Possível, o valor de 2.914.834,40 (dois milhões, novecentos e catorze mil, oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos) correspondentes as causas com probabilidade de dispêndio Provável e o valor de 331.820,00 (trezentos e trinta e um mil, oitocentos e vinte reais correspondentes as causas com probabilidade de dispêndio Certa.

Os valores provisionados no montante de 46.458.666,58 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) correspondem às causas com probabilidade de dispêndio certa e provável

As causas tributárias, contabilizadas foram atualizadas de acordo com os saldos apontados no portal da Receita Federal do Brasil (e-CAC) em 30 de Dezembro de 2.016. Os procedimentos adotados constam demonstrados na nota explicativa Nº 31.

### 18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os valores evidenciados abaixo, se referem às utilidades a pagar, acordos decorrentes das ações trabalhistas em que a Instituição foi sentenciada ao pagamento, prêmios de seguros que a instituição contratou durante o exercício findo e confissão de dívida conforme termo firmado com a CPFL Piratininga em outubro de 2.008, referente ao saldo em aberto de contas de energia elétrica do período de dezembro de 2.002 a abril de 2.004, no montante de R\$ 3.515.751,00 (Três milhões, quinhentos e quinze mil setecentos e cinquenta e um reais) mais encargos decorrentes de multa, juros e atualização monetária. Esse valor foi dividido em 90 (noventa) parcelas iguais de R\$ 39.063,90 (Trinta e nove mil, sessenta e três reais e noventa centavos) com vencimento da primeira parcela em 20/10/2008, restando 8 (oito) parcelas para pagamento em 31.12.2016.

O Saldo de energia elétrica a pagar teve aumento considerável em 2.016 devido ao não pagamento a partir do mês 12.2015. A instituição já está em negociação dos valores em aberto junto a CPFL Piratininga. O valor de água e esgoto a pagar representa o montante dos valores em aberto do período de 2.000 a 2.007 ainda não solucionados até o encerramento das Demonstrações Financeiras. Os juros são devidamente atualizados mensalmente.

Os valores evidenciados representam os saldos em 31 de dezembro.

C.P.

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Aluguéis a pagar	72.884,57	52.865,64
Energia elétrica a pagar	1.249.350,43	134.491,77
Água e esgoto a pagar	6.583.132,39	5.830.580,95
Telefone a pagar	-	15.800,72
Prêmios de seguros a pagar	3.749,88	257,42
Outras contas a pagar	-	-
Acordos trabalhistas	279.372,38	48.197,56
Confissão de dívida CPFL (C.P.)	312.511,20	703.150,20
Adiantamento de Clientes	33.899,99	-
<b>TOTAL</b>	<b>8.534.900,84</b>	<b>6.785.344,26</b>

### 19. RECEITAS A APROPRIAR

Os valores evidenciados se referem ao contrato de prestação de serviços bancários com o Banco Santander S.A., onde a Instituição renovou em 11.2013 a consignação da folha de pagamento pelo prazo de mais 05 (cinco) anos,

cujo reconhecimento da receita se dará mediante ao cumprimento do acordo, e ou devolução do valor pago total ou parcial em razão de seu descumprimento.

<b>NOMENCLATURA</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
Adiantamentos compromissados C. P.	200.000,04	200.000,04
<b>TOTAL</b>	<b>200.000,04</b>	<b>200.000,04</b>
Adiantamentos compromissados L.P.	183.333,17	383.333,21
<b>TOTAL</b>	<b>183.333,17</b>	<b>383.333,21</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>383.333,21</b>	<b>583.333,25</b>

## 20. CONVÊNIOS A REALIZAR

Os valores correspondem aos Convênios IGH/INTEGRASUS (Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar/ Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde) firmado com Prefeitura Municipal de Jundiaí de acordo com o reconhecimento da Instituição como Hospital Ensino, ao convênio com o Ministério da Saúde Processo Nº. 790694/2013, Convênio Hospitalar Processo Nº 8.748-5/2014 e Convênio Processo Nº. 836930/2016. Foram apropriados de acordo com o recebimento e a aplicação do recurso, permanecendo a apropriar os valores correspondentes a aquisição de imobilizado e a antecipação, que serão apropriados de acordo com os valores de depreciação e competência respectivamente.

<b>NOMENCLATURA</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
Convênio IGH / Integrasus - Proc. Nº 3.135-0/2014	1.656.089,94	2.354.382,48
Convênio Processo Nº 790694/2013	535.853,32	750.640,16
Convênio Hospitalar Nº 8.748-5/2014	1.095.019,68	99.794,39
Convênio Processo Nº 836930/2016	1.499.969,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.786.931,94</b>	<b>3.204.817,03</b>

## 21. SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAL A REALIZAR

<b>NOMENCLATURA</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
Subvenções e assistência governamental a realizar	4.847.735,66	5.597,39
<b>TOTAL</b>	<b>4.847.735,66</b>	<b>5.597,39</b>

## 22. RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas foram reconhecidas pela prestação de serviços ao SUS (AIH; SIA; CIHA), através de convênios públicos, privados e particulares em conformidade com o princípio da competência e sempre avaliando a precisão da fase de finalização da prestação de serviços. A Instituição reconheceu suas receitas em conformidade com a IAS 18 e a CPC 30 (R1).

As receitas recebidas durante o exercício de 2.016 foram aplicadas pela instituição em suas finalidades Estatutárias.

Os valores recebidos estão demonstrados na nota explicativa nº 23.

### 23. SUBVENÇÕES, CONVÊNIOS PÚBLICOS, CONVÊNIOS PRIVADOS E PARTICULARES

Atualmente os convênios firmados junto a Prefeitura do Município de Jundiaí corre à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Prefeitura, oriundos de recursos transferidos pelo Ministério da Saúde repassados ao Fundo Municipal de Saúde e de recursos próprios anteriormente repassados como Subvenção Municipal. Os valores repassados pela Prefeitura são transferidos diretamente em conta corrente da Instituição segregadas por convênio, não havendo segregação entre os recursos decorrentes da prestação de serviços ao SUS (SIA e SIH) e os Municipais.

Durante o exercício de 2.016 a instituição obteve as seguintes receitas decorrentes de convênios privados e particulares, subvenções e convênios públicos.

#### CONVÊNIO PRIVADOS E PARTICULARES

	2.016	2.015
CONVÊNIOS PRIVADOS	1.877.426,62	1.471.374,63
<b>TOTAL</b>	<b>1.877.426,62</b>	<b>1.471.374,63</b>
PARTICULARES	19.407,02	19.898,15
<b>TOTAL</b>	<b>19.407,02</b>	<b>19.898,15</b>
<b>TOTAIS CONVÊNIOS PRIVADOS E PARTICULARES</b>	<b>1.896.833,64</b>	<b>1.491.272,78</b>

#### CONTRIBUIÇÕES PÚBLICAS COM RESTRIÇÕES

ESTADUAL	2.016	2.015
Subvenção e auxílio estadual	1.212.671,37	2.920,32
<b>TOTAL</b>	<b>1.212.671,37</b>	<b>2.920,32</b>
Pro Santa Casa - Custeio (Material de Consumo e Prestação de Serviços)		
FEDERAL	2.016	2.015
Processo Nº790694/2013	195.738,24	195.738,29
<b>TOTAL</b>	<b>195.738,24</b>	<b>195.738,29</b>
Convênio destinado a Investimento		
<b>TOTAIS CONTRIBUIÇÕES PÚBLICAS COM RESTRIÇÃO</b>	<b>1.408.409,61</b>	<b>198.658,61</b>

#### CONVÊNIOS PÚBLICOS COM RESTRIÇÕES

MUNICIPAL	2.016	2.015
Convênio Hospitalar - Nº 8.748-5/2014	149.255.429,30	136.337.028,54
Convênio - IGH / Integrasus - Processo Nº 3.135-0/2014	13.928.652,52	13.737.073,60
<b>Total Hospitalar / IGH / Integrasus</b>	<b>163.184.081,82</b>	<b>150.074.102,14</b>
Convênio Estratégia Saúde da Família - Nº 8.749-3/2014	10.709.676,22	8.926.072,71
Convênio SAMU/SAEC - Processo Nº 8.750-1/2014	11.472.297,24	12.972.297,24
Convênio Radioterapia - Processo Nº 15.004-6/2013	1.520.957,00	1.403.048,00
<b>TOTAL DE CONVÊNIOS PÚBLICOS COM RESTRIÇÕES</b>	<b>186.887.012,28</b>	<b>172.312.378,05</b>
<b>TOTAIS RECURSOS PÚBLICOS SEM RESTRIÇÕES E COM RESTRIÇÕES</b>	<b>188.295.421,89</b>	<b>173.574.178,70</b>

Em conformidade com a IAS 20 e o CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, as receitas foram reconhecidas na proporção em que as despesas foram efetivadas, os recursos não aplicados até o encerramento das demonstrações foram contabilizados no Passivo Circulante (convênios a executar e subvenções e assist. governamentais a realizar). Caso a Instituição não realize essa despesa nos prazos estipulados em contrato deverá devolver o recurso devidamente atualizado.

As subvenções recebidas foram aplicadas nas atividades a que se destinam e de acordo com os objetivos constantes em cláusulas contratuais.

#### 24. DONATIVOS RECEBIDOS

Os valores recebidos a título de donativos durante o exercício de 2.016 se dividem em três grupos. As doações de fundos são depositadas diretamente em conta corrente da instituição. As doações de materiais, medicamentos e imobilizado seguem os fluxos dos processos adotados.

Os Donativos recebidos foram aplicados nas atividades fins da Instituição em conformidade com seu Estatuto Social.

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Doações em numerário	6.746,82	2.381,10
Doações Mat/Med	2.015.509,12	2.108.173,85
Doações imobilizado	16.995,39	13.000,01
<b>TOTAL</b>	<b>2.039.251,33</b>	<b>2.123.554,96</b>

#### 25. DEMAIS RECEITAS

Os valores correspondentes as demais receitas representam em maior parte outras receitas não operacionais, na qual a maior representatividade são valores correspondentes as apropriações referentes ao contrato da folha de pagamento com o Banco Santander 200.000,04 (duzentos mil reais e quatro centavos), conforme destacado também na nota explicativa Nº 19 e de créditos recebidos da nota fiscal paulista 70.832,02 (setenta mil, oitocentos e trinta e dois reais e dois centavos) oriundos das compras realizadas e cadastros em sistema dos cupons fiscais recebidos como doação.

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Recuperações de despesas	59.798,27	58.604,92
Outras receitas	23,81	2.054,90
Outras receitas operacionais	298.520,94	580.573,68
<b>TOTAL</b>	<b>358.343,02</b>	<b>641.233,50</b>

#### 26. ATENDIMENTOS SUS (AIH; SIA; CIHA).

A Instituição atende indiscriminadamente a todos os usuários que buscam seus serviços na área da saúde, disponibilizando mais de 60% da sua capacidade total dos serviços aos pacientes do SUS no município de Jundiaí e região.

Em atendimento ao disposto na Lei Nº 12.101/2009 regulamentada pelo Decreto Nº 8.242/2014 e combinado com a Portaria GM/MS Nº 1.970/2011, a instituição entrega os documentos requeridos para prestação de contas, a Carta do Gestor Público local, onde este atesta o cumprimento das pactuações dos serviços prestados ao SUS junto ao Gestor Municipal do SUS.

### Atendimentos Quantitativos Área da Saúde

Em conformidade com a Portaria GM/MS Nº 1.970/2011, a Instituição apresenta o quantitativo dos atendimentos de internações e ambulatoriais realizados para usuários SUS e para não usuários do SUS conforme quadro a seguir:

ANO / EXERCÍCIO: **2.016**

CNES  
2786435

TIPO DE ATENDIMENTO (Descrição dos serviços prestados)	Número de atendimentos no ano					
	SUS	GRATUIDADES C/ RECURSOS PRÓPRIOS	DEMAIS FONTES DE FINANCIAMENTOS		TOTAL	% SUS
Diárias Internações Paciente Dia	107.640	-	932		108.572	99,14%
Atendimentos Ambulatoriais	SUS	GRATUIDADES C/ RECURSOS PRÓPRIOS	DEMAIS FONTES DE FINANCIAMENTOS		TOTAL	% SUS
			ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS INDIVIDUALIZADOS	ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS CONSOLIDADOS		
	985.356	-	68	1.329	986.753	99,86%
Partic. Ambulatorial cfe. Parágrafo Único do art. 32 da Portaria nº 1.970/2011						10,00%
Art. 33 Portaria nº 1.970/2011:						
I - atenção obstétrica e neonatal.						0,00%
II - atenção oncológica.						0,00%
III - atenção urgências e emergências.						0,00%
IV - atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas.						0,00%
V - hospitais de ensino.						1,50%
Incorporação cfe. letra "e", Inc. I, art. 9º da Portaria nº 1.970/2011						
Percentual SUS: conforme Art. 24 da Portaria GM/MS nº 1.970/2011						60,00%
Percentual SUS: conforme Art. 32 da Portaria GM/MS nº 1.970/2011						60,00%

Fonte: DATASUS - [www2.datasus.gov.br](http://www2.datasus.gov.br)

Em conformidade com o art. 33, alínea V, da Portaria GM/MS Nº 1.970/2011, a Instituição é reconhecida como Hospital de Ensino e poderia incorporar 1,5 caso não atingisse o percentual mínimo de 60 % de prestação de serviços aos SUS.



**27. DEMONSTRATIVO DE DESPESAS SEGREGADAS POR CONVÊNIO**

DESPESAS	2.016		2.015	
<b>CONVÊNIO - HOSPITALAR / IGH / INTEGRASUS</b>				
Pessoal e Encargos	106.514.516,12	7,79%	98.817.003,13	
Materiais/Medicamentos Reembolsáveis	22.176.076,77	-1,12%	22.427.836,66	
Materiais/Medicamentos Não Reembolsáveis	5.660.191,36	3,62%	5.462.199,93	
Serviços Prestados P.J	32.810.746,93	-4,09%	34.210.862,70	
Serviços Prestados P.F	2.873.244,78	-9,14%	3.162.247,34	
Outras despesas	20.180.611,86	94,22%	10.390.782,12	
<b>TOTAL</b>	<b>190.215.387,82</b>	<b>9,02%</b>	<b>174.470.931,88</b>	
<b>Obs. Não demonstrados os valores compensados (imunidade tributária e trabalho voluntário)</b>				
<b>CONVÊNIO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA</b>				
Pessoal e Encargos	9.114.221,08	29,23%	7.052.943,98	
Materiais/Medicamentos Reembolsáveis	-	-100,00%	30,60	
Materiais/Medicamentos não Reembolsáveis	54,23	-69,33%	176,80	
Serviços Prestados P.J	4.009,85	-61,91%	10.527,84	
Outras Despesas	145.399,11	1,41%	143.377,81	
<b>TOTAL</b>	<b>9.263.684,27</b>	<b>28,54%</b>	<b>7.207.057,03</b>	
<b>CONVÊNIO SAMU / SAEC</b>				
Pessoal e Encargos	10.415.203,46	3,81%	10.033.146,82	
Materiais/Medicamentos Reembolsáveis	132.293,84	13,06%	117.011,13	
Materiais/Medicamentos Não Reembolsáveis	23.494,25	-15,51%	27.807,47	
Serviços Prestados P.J	921.660,71	-8,12%	1.003.154,57	
Outras despesas	81.353,75	56,56%	51.963,41	
<b>TOTAL</b>	<b>11.574.006,01</b>	<b>3,03%</b>	<b>11.233.083,40</b>	
<b>CONVÊNIO RADIOTERAPIA</b>				
Pessoal e Encargos	742.184,85	20,92%	613.759,06	
Materiais/Medicamentos Reembolsáveis	16.093,29	8,95%	14.770,82	
Materiais/Medicamentos Não Reembolsáveis	19.960,65	23,22%	16.198,66	
Serviços Prestados P.J	782.534,16	12,27%	697.003,56	
Serviços Prestados P.F	10.233,83	-91,65%	122.572,89	
Outras despesas	49.867,77	-81,18%	264.994,76	
<b>TOTAL</b>	<b>1.620.874,55</b>	<b>-6,27%</b>	<b>1.729.299,75</b>	

**28. ESTIMATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDA AO INSS CASO A INSTITUIÇÃO RECOLHESE A QUOTA PATRONAL E A COFINS DEVIDAS À UNIÃO.**

Atendendo aos dispositivos do art. 150, inciso VI, alínea C, parágrafo 4º e art. 195 parágrafo 7º da Constituição Federal, a Instituição é imune de tributação de impostos sobre a renda, o patrimônio e serviços. Quanto às isenções das contribuições sociais usufruídas pela entidade, apresenta o seguinte:

**CONTRIBUIÇÃO PATRONAL**
**NOMENCLATURA**

	2.016	2.015
Base de cálculo do INSS da folha de pagamento	109.502.930,64	100.760.820,16
Percentual de contribuição devida (*)	28,80%	28,80%
<b>TOTAL DEVIDO CASO A ENTIDADE NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO</b>	<b>31.536.844,01</b>	<b>29.019.116,22</b>
Base de cálculo do INSS de serviços prestados por pessoa física (autônomos, inclusive médicos)	1.087.608,55	1.350.354,67
Percentual de contribuição devida (*)	20,00%	20,00%
<b>TOTAL DEVIDO CASO A ENTIDADE NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO</b>	<b>217.521,70</b>	<b>270.070,94</b>

<b>TOTAL</b>	<b>31.754.365,71</b>	<b>29.289.187,16</b>
(*) INSS 20%, SESC 1,5%, SENAC 1%, SEBRAE 0,60%, INCRA 0,20%, SALARIO EDUCAÇÃO 2,5% E SEGUROS E ACIDENTES 3%		

**COFINS - RENÚNCIA FISCAL**

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Receitas operacionais	174.855.193,40	161.129.719,26
% COFINS	3,00%	3,00%
<b>TOTAL DEVIDO CASO A ENTIDADE NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO</b>	<b>5.245.655,80</b>	<b>4.833.891,58</b>

**29. TRABALHO VOLUNTÁRIO**

Atendendo a Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de Setembro de 2012 aprovando a NBC ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pelo Hospital de Caridade São Vicente de Paulo.

O montante foi apurado com base nos apontamentos de presença das horas de trabalho voluntário nas atividades de capelania, pastoral, acolhimento de visitantes, caminhos da alegria e acompanhamento previdenciário, sem qualquer tipo de remuneração.

Os voluntários submetem-se as formalidades necessárias que são estabelecidas pela Instituição, assinando termo de trabalho voluntário, onde é indicada a contribuição do trabalho que será realizado.

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Trabalho voluntário	110.497,69	125.685,95
<b>TOTAL</b>	<b>110.497,69</b>	<b>125.685,95</b>

**30. CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

Não foram informados no balanço patrimonial os valores correspondentes as contas de compensação, para melhor apresentação. Os valores são compostos por cobertura referente a seguros, bens recebidos em cessão de uso de empresas e dos bens doados a Prefeitura Municipal de Jundiaí.

CONTAS DE COMPENSAÇÃO	2.016	2.015
Seguros contratados	20.000.000,00	20.000.000,00
Bens recebidos em comodato	1.863.109,10	1.863.109,10
Bens recebidos em comodato - PMJ (*)	9.881.473,16	9.883.778,25
<b>TOTAL</b>	<b>31.744.582,26</b>	<b>31.746.887,35</b>

(\*) VALOR REGISTRADO CONFORME DOAÇÃO DOS BENS A P.M.J.

**31. DÉBITOS TRIBUTÁRIOS**

Em de abril de 2.014 a RFB (Receita Federal do Brasil) notificou a Instituição informando a exclusão dos parcelamentos art. 1º e 3º de débitos previdenciários da Lei 11.941/2009 devido à inadimplência nos pagamentos. A Administração apoiada pela assessoria jurídica recorreu da decisão pleiteando a reinclusão, e manteve os pagamentos com base no valor do parcelamento excluído, por 03 meses consecutivos.

A PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) manifestou entendimento de que a exclusão do parcelamento integrava uma das etapas necessárias para efetivar a segregação das competências consideradas imunes, do total do débito tributário, intimando a Instituição a apresentar memória de cálculo da segregação, para possibilitar a reativação dos parcelamentos, informando ainda sobre a necessidade de realizar os pagamentos das parcelas em atraso após o deferimento dos valores apresentados no cálculo.

A Instituição contratou um Perito Especialista para apurar os valores devidos e efetuar as segregações necessárias, correspondentes à quota patronal, prescritos e outros. Inclusive, apurando os débitos ainda não parcelados, mas apontados pela RFB (Receita Federal do Brasil).

Ato contínuo efetuou sua adesão ao parcelamento disponibilizado pelo Refis da Lei 12.973/14 e o da Lei 12.996/14, procurando assegurar o enquadramento em pelo menos uma das Leis, caso não fosse possível a reinclusão na anterior.

A memória de cálculo foi apresentada a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), que após ajustes deferiu o parcelamento, determinando a reinclusão dos débitos previdenciários do art. 1º na Lei 11.941/2009, e dos débitos previdenciários do art. 3º acrescidos de novos valores apurados na Lei 12.996/14. Assim, a instituição passou a efetuar os pagamentos em conformidade com o parcelamento aceito.

Foram compensadas no novo cálculo as antecipações e as parcelas pagas. Os resultados apontados pela perícia em relação à segregação relativa aos valores devidos e deferidos pela PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e os valores aproximados a pagar com base 31.12.2016 estão apresentados abaixo e são aproximados devido não ter ocorrido a reinclusão na lei 11.941/2009 do art. 1º de Débitos Previdenciários e a consolidação da lei 12.996/14 até o encerramento das Demonstrações Financeiras.

**DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS, ART. 1º DA LEI 11.941/2.009** - aguardando reinclusão no parcelamento. Considerado quantidade de parcelas e valor da parcela da consolidação da Lei 11.941/2009 devido a aprovação da reinclusão.

TOTAL DO DÉBITO APRESENTADO PELA PERÍCIA	VALOR COM REDUÇÃO CONFORME RELATÓRIO DA PERÍCIA	TOTAL DE PARCELAS PAGAS (SEM O VALOR DOS JUROS)	TOTAL APROXIMADO A PAGAR EM 12/2016 CONSIDERANDO RELATÓRIO DA PERÍCIA	VALOR PARCELA PRINCIPAL CONFORME CONSOLIDAÇÃO DA LEI 11.941/2009	QTDE PARCELAS RESTANTES 12/2.016 CONFORME CONSOLIDAÇÃO DA LEI 11.941/2009
1.237.708,19	999.391,09	(259.415,84)	739.975,25	5.325,33	94

Pagas 86 até 12/2.016

**DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS, ART. 3º DA LEI 12.996/2.014** - aguardando consolidação do parcelamento.

TOTAL DO DÉBITO APRESENTADO PELA PERÍCIA	VALOR COM REDUÇÃO CONFORME RELATÓRIO DA PERÍCIA	TOTAL DE PARCELAS PAGAS (SEM O VALOR DOS JUROS)	TOTAL APROXIMADO A PAGAR EM 12/2016	VALOR PARCELA ATUAL CONFORME CÁLCULO EFETUADO PELA PERÍCIA	QTDE PARCELAS RESTANTES 12/2.016
41.032.849,69	35.003.665,51	(10.370.866,07)	24.632.799,44	152.163,68	151

Pagas 29 até 12/2.016

DEMAIS DÉBITOS, ART. 3º DA LEI 11.941/2.009 - em parcelamento.

TOTAL DO DÉBITO NA DATA DA CONSOLIDAÇÃO	VALOR COM REDUÇÃO NA CONSOLIDAÇÃO	TOTAL PAGO ANTES E APÓS A CONSOLIDAÇÃO	TOTAL A PAGAR CONFORME PORTAL DA RECEITA FEDERAL, COM JUROS ACUM. ATÉ 12.2016	VALOR PARCELA (PRINCIPAL) CONFORME CONSOLIDAÇÃO DA 11.941/2009	QTDE PARCELAS RESTANTES 12/2.016
3.897.003,34	2.685.758,90	(1.247.713,69)	2.546.169,61	15.802,68	94

Pagas 86 até 12/2.016

Enquanto aguarda a consolidação do parcelamento da Lei 12.996/2014, a reinclusão do parcelamento de Débitos Previdenciários do Art. 1º na Lei 11.941/2009 e a finalização de processo em discussão referente a parte patronal, em que já obteve decisões favoráveis, a administração da instituição registra os valores conforme apontados no portal da Receita Federal.

### 32. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os saldos representam as seguintes situações em 31.12.2016:

- Ajuste na receita apropriada em 2.014 e 2.015 referente ao convênio PR 790694 para lançamento da aplicação financeira compondo saldo a apropriar, devido aquisição de imobilizado;
- Ajuste na receita apropriada em 2.014 e 2.015 indevidamente referente ao convênio IGH/Integrasus, conforme aquisição de imobilizado;
- Apropriação de 3 (três) notas fiscais competência 2.015.

NOMENCLATURA	2.016	2.015
Ajustes de Exercícios Anteriores	118.019,85	20.204.246,77
<b>TOTAL</b>	<b>118.019,85</b>	<b>20.204.246,77</b>

### 33. PASSIVO A DESCOBERTO

Em 31 de Dezembro de 2.016, o Passivo a Descoberto da instituição apresentou o valor de R\$ 261.614.224,62 (Duzentos e Sessenta e um milhões, seiscentos e catorze mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos). O déficit decorre das autuações Previdenciárias mencionadas, cobrados sobre valores da Quota Patronal, as quais a Instituição aguarda a consolidação do REFIS da Lei 12.996/2014 para ajustes dos valores devidos, também está afetado por atualizações acrescidas nas contingências trabalhistas e cíveis, baseadas no relatório apresentado anualmente pela assessoria jurídica, déficits acumulados no exercício de 2.016, em exercícios anteriores e perdas operacionais.

Em 13 de Agosto de 1.982, através da Lei Municipal Nº 2.588, a instituição firmou contrato de Comodato com a Prefeitura do Município de Jundiaí pelo prazo de 27 anos, onde a Prefeitura se responsabiliza por todo o passivo da instituição. A partir da celebração do **CONVÊNIO 15/2009** promulgado pela **Lei Municipal Nº 7.329** de 19 de Agosto de 2.009 a responsabilidade dos passivos passou a pertencer a Obra Unida à Sociedade São Vicente de Paulo.

A Prefeitura reconhecendo a importância do serviço prestado à população de Jundiaí e Região emitiu um (TERMO DE RATIFICAÇÃO AO ACORDO CELEBRADO EM 17.08.2009) em que menciona a lei Nº 2.588 de 13 de agosto

27 A

de 1.982 e que a Prefeitura se compromete a apresentar um plano preliminar de saneamento da dívida, respeitados os ditames legais vigentes, no prazo de 120 dias contados da data de assinatura do instrumento, que ocorreu em 09 de Março de 2.015. Não foram recebidos documentos referentes à resolução do termo celebrado até o fechamento das Demonstrações Financeiras.

A partir de Janeiro de 2.017 a instituição passou por mudanças administrativas, a nova Administração em parceria com a Prefeitura Municipal de Jundiaí vem tomando medidas com o objetivo de desenvolver um plano de ação para resgatar o equilíbrio Econômico-Financeiro, cujos principais pontos são:


- a. Readequação das despesas e receitas de acordo com as necessidades da instituição;
- b. Readequação de contratos de prestação de serviços e recursos humanos;
- c. Captação de recursos a título de subvenções para custeio nos âmbitos Federal e Estadual;
- d. Captação de recursos de subvenções para investimentos nos âmbitos Federal e Estadual, com o propósito de readequar as instalações e aquisições de equipamentos para obtenção da qualidade, aumentos de produção e redução de custos;
- e. Renegociação de dívida com mudanças do perfil dos vencimentos e redução dos saldos a pagar;

#### 34. SEGUROS E CONTRATOS

A Instituição possui cobertura de seguros em montantes julgados suficientes pela administração para cobrir sinistros do patrimônio envolvido.

#### 35. FINALIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram concluídas e autorizadas para a emissão pela Administração em 05 de Abril de 2.017.



ANTONIO PEDRO VENDRAMIN

PRESIDENTE

CPF: 540.150.168-87



ROSIVANE VIANA

CONTADORA

1SP288583/O-5